



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/03/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 8

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **3.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012**
2. REQ. N.º 33/12 – PC N.º 9/12 – AUGUSTO CASEIRO BISPO
3. REQ. N.º 337/12 – PC N.º 458/11 – ALICE DA CONCEIÇÃO ANTUNES PEDRO BROGUEIRA SANTOS
4. REQ. N.º 469/12 – PC N.º 54/12 – BENECLEAN – LIMPEZA A SECO, LDA.
5. REQ. N.º 121/12 – PC N.º 416/05 – LUÍS MANUEL DO Ó CARVALHO MOURÃO
6. REQ. N.º 29/12 – PC N.º 460/11 – IBEROALPLA PORTUGAL – EMBALAGENS PLÁSTICAS UNIPESSOAL, LDA.
7. REQ. N.º 498/12 – PC N.º 184/10 – IBER-OLEFF - COMPONENTES TÉCNICOS EM PLÁSTICO S.A.

8. REQ. N.º 465/12 – PC N.º 253/10 – ILÍDIO PEREIRA COSTA CANAS
9. REQ. N.º 75/12 – PC N.º 438/11 – FAMOPLA, FÁBRICA PORTUGUESA DE MOLDES PLÁSTICOS, LDA.
10. REQ. N.º 2360/11 – PC N.º 1063-10 – ORBITUR – INTERCÂMBIO DE TURISMO, S.A.
11. REQ. N.º 526/12 – PC N.º 83/12 – PT COMUNICAÇÕES, S.A.
12. ALTERAÇÃO AO PROJETO DO ARRUAMENTO PARALELO E DUAS INTERSEÇÕES GIRATÓRIAS
13. “EXECUÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA MOINHO D’AMÉLIA E RUA VILA DA BATALHA” – CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2011 (DOEM) – PLANO DE TRABALHOS AJUSTADO E RESPECTIVO PLANO DE PAGAMENTOS.
14. RECEÇÕES PROVISÓRIAS
15. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DE PRÉDIO URBANO.
16. DOAÇÃO DE DIVERSOS BENS AO MUNICÍPIO E A DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ESCOLAS 1.º CEB DO CONCELHO.
17. PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE 17 DE JUNHO DE 2011, QUE APROVOU O REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E DE UTILIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE.
18. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E DE UTILIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE.
19. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDA REFERENTE À HABITAÇÃO SOCIAL SITA NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 7, R/C ESQ., CUJO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É JORGE FRANCO VIEIRA, PARA ENTRAR EM VIGOR NO DIA 1 MAIO DE 2012
20. FORNECIMENTO DE ALMOÇOS A ALUNOS CARENCIADOS PERTENCENTES AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS GUILHERME STEPHENS, NERY CAPUCHO E VIEIRA

DE LEIRIA, APÓS O TERMO DA 2.ª FASE DE ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS ESCOLARES.

21. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS

22. RESUMO DE TESOURARIA



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de cinco processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.
- O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais um assunto, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que o mesmo será discutido e votado após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

▪ ANTECIPAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Sr. Presidente** informou que foi convocado para participar, no próximo dia **12 de Abril**, numa reunião sobre a lei dos compromissos, a realizar na CCDRC, pelo que propôs que a reunião ordinária da Câmara Municipal prevista para esse dia fosse antecipada para o dia 11 de Abril, às 14:30 horas, o que foi aceite por todos os membros do executivo.

- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** abordou os seguintes assuntos:
 - ⇒ Faturação de água – perguntou qual é efetivamente o ponto da situação, uma vez que este atraso implicará a emissão de faturas de valor muito elevado, o que vai provocar situações de grande conflito junto das populações. Assim, pretende saber se a Câmara está a ponderar alguma medida para obstar esta situação, pois apesar de os escalões terem diminuído as faturas irão para o dobro;

- ⇒ Antigas instalações da J. Ferreira Custódio – solicitou informação sobre a questão do financiamento, pretendendo saber se há algum problema;
 - ⇒ Edifício da Rua Machado Santos – pretende saber qual é efetivamente o fim a que se destina, uma vez que foi recuperado e bem. As lonas encontram-se vandalizadas, estão rasgadas e a rua está pior do que estava, com fios elétricos soltos.
 - ⇒ Requerimento sobre o estacionamento pago – da análise que efetuou à resposta que lhe foi fornecida e aos lugares gratuitos que a Câmara pensa criar, os Vereadores da CDU ficam cada vez mais convictos de que têm razão na posição que têm vindo a defender, de que o estacionamento pago na Avenida da Liberdade, no Parque da Cerca e no Parque das Finanças não é uma medida que favoreça quer o comércio quer a atracção das pessoas ao centro da cidade, pelo que continuam a defender o estacionamento não pago naqueles lugares e não apenas alguns lugares gratuitos. Entende que a Câmara deveria repensar esta situação.
- **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** abordou os seguintes assuntos:
- ⇒ Comemorações do 25 de abril – referiu, na sequência da troca de impressões efetuada na última reunião sobre o 25 de abril, que aquilo que importa é garantir que o programa mantém a dignidade que sempre teve e que apoios é que a Câmara este ano vai conceder ao movimento associativo para as comemorações.
 - ⇒ Praceta junta à Escola Calazans Duarte – o problema que vem desde que se iniciou a obra mantém-se, e o cheiro que sai das caixas dos pluviais é insuportável, especialmente agora com o tempo quente. Em sua opinião a situação poderá estar relacionada com uma má ligação aos coletores da rua. Referiu que caso semelhante aconteceu também, há algum tempo, na Rua dos Carreirinhos, pelo que solicitou que, tanto numa situação como na outra, os serviços verifiquem.
- **O Sr. Vereador Dr. António Santos** abordou os seguintes assuntos:
- ⇒ Ao ouvir ontem na televisão a entrevista do Primeiro Ministro, veio-lhe à memória a entrevista do Presidente da Câmara ao Jornal de Leiria, onde refere que o Shopping de Leiria secou tudo à volta, pelo que pergunta qual é a estratégia para a Resinagem, onde se está a fazer um grande investimento e onde estão previstas lojas.

- ⇒ A Leiria SAD está insolvente, não pagou a utilização do Estádio em Leiria e não está a pagar na Marinha Grande, pelo que pergunta quem está a pagar as despesas, é a população da Marinha Grande? Referiu que é um assunto que o preocupa, uma vez que quando foi assinado o protocolo não houve garantias, tal como ele defendeu, e agora a situação está como se vê.
- ⇒ Por último, salientou o bom exemplo de Leiria, no que diz respeito à recolha de eletrodomésticos velhos no ecoponto gigante, tal como ele próprio defendeu para a Marinha Grande quando aprovou o primeiro orçamento deste executivo. Trata-se de uma boa prática a seguir, e que defende para a nossa Zona Industrial.

Às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Ecoponto gigante – a Câmara da Marinha Grande já faz a recolha dos eletrodomésticos velhos há muito tempo, em casa dos munícipes, em dia e hora previamente estabelecidos.
- ⇒ Leiria SAD – mantém tudo aquilo que já disse, ou seja, se forem embora não pagam só um relvado mas sim três relvados, tal como consta do protocolo. Se não pagarem tudo logo se verá, e se necessário recorre-se a Tribunal. Continua a pensar que foi um bom negócio, pois já pagaram algumas dezenas de milhares de euros no nosso Estádio Municipal, com a segurança, os aparelhos que equiparam a sala de ginástica, bem como a instalação do relvado, que veio propiciar a requalificação do espaço envolvente.
- ⇒ Resinagem – mantém o que disse em relação ao Shopping de Leiria, referindo que na Resinagem há poucas lojas, são apenas dois restaurantes e três ou quatro lojas, mantendo a filosofia defendida pela CDU, de mais obra.
- ⇒ Edifício da Rua Machado Santos – só foi recuperado por fora, faltando fazer as obras no interior, para instalar serviços da Câmara, uma vez que os custos já não serão muito elevados. Desconhecia a existência de fios elétricos soltos nesta rua, mas vai ver a situação para que seja resolvida.
- ⇒ TUMG – mantém as informações prestadas, reafirmando que recuperar, ao fim de dois anos, o investimento feito é um bom negócio.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, cujas matérias se inserem no âmbito dos seus pelouros:

- ⇒ Faturação de água – a empresa PT, que ganhou o concurso para a prestação de serviços de faturação do consumo de água, informou-o de que os códigos para pagamento por multibanco estão prontos, prevendo-se que no final da próxima semana o problema esteja resolvido e a faturação esteja na rua. É verdade que a fatura virá em dobro, porque diz respeito a dois meses, mas está-se a ponderar não cobrar juros às pessoas que manifestem dificuldades em efetuar o pagamento dentro do prazo.
- ⇒ Antigas instalações da J. Ferreira Custódio – o atraso tem a ver com os fundos do QREN. A CCDR já perguntou qual o ponto de situação das obras, tendo sido respondido que não poderão avançar enquanto os terrenos não forem nossos, encontrando-se em andamento os respetivos processos.
- ⇒ Pluviais – relativamente às situações apresentadas, referentes à Rua dos Carreirinhos e junto à Escola Calazans Duarte, o Sr. Vereador informou que vai analisá-las com os serviços, uma vez que a causa dos maus cheiros tanto poderá ser a falta de chuva como poderá haver qualquer problema de ligação de esgotos domésticos.
- O **Sr. Presidente** informou que foi com estranheza que verificou, depois de regressar de férias, que o empréstimo solicitado pela Câmara junto do BEI não foi aprovado pelo Tribunal de Contas.
Para explicar as razões desta recusa, esteve presente na reunião a Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Dr.^a Sandra Paiva.
- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que, tal como o Vereador Dr. António Santos, também está preocupado com a situação da União de Leiria. Houve realmente investimento, mas há despesas de funcionamento (água, luz, gás) que não pagam e que a Câmara está a suportar. Os Vereadores da CDU colocaram-se numa situação de colaboração com a Câmara no que respeita à aprovação do protocolo, abstendo-se, e dado que houve um grande empenhamento do Presidente da Câmara entende que este agora não se pode pôr à margem da situação.

Assim, vem requerer o seguinte:

- que lhe seja presente, na próxima reunião, a relação dos valores do investimento que a União de Leiria fez no Estádio Municipal e que trouxeram uma mais valia para o concelho;

- que seja informado se há alguma intervenção junto da Câmara da empresa que colocou o relvado, alguma troca de correspondência ou qualquer outro contacto.

Por último, e voltando ao estacionamento pago, o Sr. Vereador referiu que considera que não pode ser entendido como um negócio, como o Sr. Presidente da Câmara referiu, mas sim como uma medida que foi tomada e cujo investimento ficará pago em dois anos.

- Em relação às questões colocadas pelo Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira, o **Sr. Presidente** informou que a União de Leiria já pagou três prestações e que não há qualquer troca de correspondência entre a empresa que colocou o relvado e a Câmara.
- **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho referiu o seguinte:**
 - ⇒ Recordou que o processo da J. Ferreira Custódio estava em andamento quando deixou as funções de Presidente da Câmara, entretanto já passaram dois anos e meio e parece-lhe que haverá alguma incúria na resolução desta situação, muito importante para o centro da cidade. Manifestou a sua preocupação e referiu que lhe parece difícil de explicar o atraso na resolução deste processo, que estava encaminhado.
 - ⇒ Entende que a Câmara está numa situação contraditória, utilizando a contenção financeira a propósito, e até a despropósito, na sua opinião, uma vez que tem edifícios que podem ser arrançados e utilizados para instalação de serviços, como o edifício da Rua Machado Santos, e vai criar uma despesa tão pesada com o arrendamento de instalações.
 - ⇒ Relativamente ao estacionamento pago subscreve tudo o que o Vereador Vítor Pereira disse sobre o assunto, reafirmando que a questão central é que aquele só faz sentido se atrair pessoas ao centro da cidade, e tudo aponta para que esteja a contribuir no sentido inverso da fundamentação central da medida que foi implementada. Não aceita uma medida que vá “remendar” a situação, como será a criação de mais lugares gratuitos, pois entende que não resolve a questão central, que é de princípio: a medida beneficia o centro da cidade? Claro que não, razão pela qual aquilo que se exige não é uma medida de “cosmética”.
 - ⇒ Em relação à União de Leiria revê-se na abordagem feita pelos Vereadores Vítor Pereira e António Santos.

- O **Sr. Vereador Dr. António Santos** interveio para corrigir uma expressão utilizada pelo Dr. Alberto Cascalho, quando referiu, a propósito do estacionamento pago, que nesta matéria ele está em consonância com o P.S.. Não é totalmente verdade, pois concordou com o estacionamento pago na base da requalificação das instalações da J. Ferreira Custódio.
- O **Sr. Presidente** informou, sobre a J. Ferreira Custódio, que no fim do ano de 2011 foi enviada à Câmara a proposta (339.000€ em dinheiro e a permuta dos terrenos para a expansão da Zona Industrial). Respondemos de imediato e agora estamos a aguardar.
- A propósito da questão relacionada com as comemorações do 25 de Abril, a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** respondeu, dizendo que pensa que o programa tem a mesma qualidade de outros anos. Os nossos serviços educativos estão a trabalhar com as escolas, no projeto “Colorir abril”, a decorrer no Museu Joaquim Correia. Com as coletividades o programa mantém-se como habitualmente. Em relação aos apoios, a Sr.ª Vereadora informou que neste momento não os podemos atribuir, em função da legislação. De seguida leu uma informação escrita que vai divulgar junto das coletividades.



1 - 3.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012

196 - Presente proposta da 3ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

3ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2012, no valor de 14.000,00 euros nos reforços e de 14.000,00 euros nas anulações;

3.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2012 no valor de 14.000,00 euros nos reforços e de 14.000,00 euros nas anulações;

3.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2012 no valor de 3.968,00 euros nos reforços e de 3.968,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o

valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 3ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64ª, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 33/12 – PC N.º 9/12 – AUGUSTO CASEIRO BISPO

197 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Instalação de um Centro de Lavagem Auto*”, a levar a efeito num prédio urbano sito na E.N. 242, Km 14,8 (Estrada da Nazaré), Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 613/91, em nome de Petróleos de Portugal, Petrogal, S.A., referente à obra de “Construção de um Posto Abastecedor de Combustíveis Líquidos e Apoios”, levado a efeito ao abrigo do Alvará de Licença de Construção n.º 476/92, de 16/07 e Alvará de Alterações n.º 50/97, de 31/01.

Presentes pareceres técnicos dos serviços referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Apresentação, em igual período, de Peças Gráficas correspondentes aos cortes transversais e/ou longitudinais, à escala 1:200, nos quais seja visível a diferença de cotas entre o espaço do equipamento e a área envolvente, nomeadamente a plataforma viária (E.N. 242).**
- 3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 337/12 – PC N.º 458/11 – ALICE DA CONCEIÇÃO ANTUNES PEDRO BROGUEIRA SANTOS

198 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Edifício de Habitação Unifamiliar*”, a levar a efeito num prédio urbano localizado na Rua Central do Moinho de Cima, Lugar de Albergaria, Freguesia da Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Apresentação, em igual período, de Processo de Obras de Urbanização instruído com os Projetos de Requalificação Viária, Redes de Abastecimento de Água e Saneamento Doméstico. No âmbito da requalificação viária do “Caminho do Moinho” informa-se que a estrutura do pavimento a considerar para o efeito deverá ser em calçada grossa de granito.**
3. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
4. **Os muros de vedação a executar pelo requerente deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.**
5. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
6. **Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da licença de utilização (autorização de utilização).**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 469/12 – PC N.º 54/12 – BENECCLEAN – LIMPEZA A SECO, LDA.

199 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Instalação de um Estabelecimento de Lavandaria*”, a levar a efeito numa fração autónoma designada de fração “A”, de um prédio urbano sito na Avenida José Gregório, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos previstos no art. 6.º do Decreto-Lei n.º 242/01, de 31/08, deverá ser enviada à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) uma “Ficha de Identificação de Instalação”.
2. Nos termos previstos nos artigos 7.º e 8.º do diploma supra referido, deverá ser elaborado um plano individual de gestão de solventes, a enviar até 31 de Março de cada ano, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente.
3. Todas as instalações devem observar os valores limite, para emissão total, de componentes orgânicos voláteis para o ambiente, resultantes da aplicação de solventes orgânicos em certas atividades e instalações, previstos no Anexo II-A do Decreto-Lei n.º 242/01, de 31/08 (209/kg no caso da atividade de limpeza a seco).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 121/12 – PC N.º 416/05 – LUÍS MANUEL DO Ó CARVALHO MOURÃO

200 - Presente Processo de Licenciamento referente à “*Alteração e Ampliação de Moradia e Anexos*”, levada a efeito num prédio urbano sito na Rua Dr. Aníbal Bettencourt, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 344/07, de 13/12, com termo em 26/04/2010.

Presente requerimento n.º 121/12, de 18/01, pelo qual é solicitada licença para conclusão da referida obra.

Presente parecer técnico dos serviços a enquadrar a caducidade da licença, decorrente da não conclusão das obras no prazo fixado na licença ou suas prorrogações, prevista na alínea d) do n.º 3 do art. 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou declarar a caducidade da licença para a realização da Operação Urbanística em referência, ao abrigo do previsto na alínea d) do n.º 3 do art. 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, em virtude da não conclusão das obras no prazo fixado na licença e suas prorrogações, com dispensa da audiência prévia do interessado, pelo facto do mesmo já ter demonstrado ter conhecimento da caducidade da mesma, ao apresentar o pedido de emissão de licença especial para a conclusão da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 29/12 – PC N.º 460/11 – IBEROALPLA PORTUGAL – EMBALAGENS PLÁSTICAS UNIPessoal, LDA.

201 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de uma Unidade Industrial*” do “*Tipo 2*” existente, localizada na Estrada da Nazaré, Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 1584/95, em nome de IBEROPLÁS, LDA., referente à obra de “*Ampliação de um Pavilhão destinado a Armazém*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença de Construção n.º 243/96, de 15/04, à qual foi atribuída Licença de Utilização n.º 119/96, de 21/05.

Processo Camarário n.º 1411/98, em nome de IBEROALPLA PORTUGAL – EMBALAGENS PLÁSTICAS UNIPessoal, LDA., referente à obra de “*Ampliação de um Pavilhão para Armazém*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença de Construção n.º 897/99, de 29/12, à qual foi atribuída Licença de Utilização n.º 171/01, de 02/07.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Apresentação, em igual período, de decisão favorável ou favorável condicionada emitida pela entidade coordenadora do licenciamento industrial, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10.**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/03/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 8

3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 498/12 – PC N.º 184/10 – IBER-OLEFF - COMPONENTES TÉCNICOS EM PLÁSTICO S.A.

202 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Ampliação/Alteração de Unidade Industrial do Tipo 2*”, existente, localizada nos Lotes 32 e 33 da Rua da França, Zona Industrial da Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Obras de Ampliação n.º 11/11, de 16/03, com termo em 15/09/2012.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, dispondo de pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a sua aprovação, com determinadas condições.

Presente Projeto das Estabilidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Estabilidade apresentado, apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 465/12 – PC N.º 253/10 – ILÍDIO PEREIRA COSTA CANAS

203 - Presente Processo de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração e Ampliação de Habitação Unifamiliar e Anexos*” existente, localizada na Rua Fonte dos Ingleses, Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 22/12/2011.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. A cobertura da construção complementar à edificação principal (*"Anexo B"*), não poderá utilizar *"telhas de fibrocimento"*, visto este material conter fibras de amianto, substância proibida pelo Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23/07, diploma que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/77/CE, de 26/07, da Comissão Europeia, relativa à limitação da colocação e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos da alínea *d)* do art. 25.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (Regulamento n.º 449/2010, de 17/05), *"toda e qualquer edificação destinada a habitação, comércio e serviços, medida a partir da sua fachada fronteira ao espaço público confinante, seja superior a 30m"*, é considerada geradora de um impacto semelhante a uma operação de loteamento. Assim, nos termos do n.º 5 do art. 57.º, conjugado com os artigos 43.º e 44.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, não havendo lugar a quaisquer cedências destinadas à implantação de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva, o proprietário ficará obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, calculada nos termos do disposto no art. 127.º do RMEU, face à pretensão de ampliação da edificação sob o acréscimo de 111.8 m2 de área bruta de construção.

- 4. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 75/12 – PC N.º 438/11 – FAMOPLA, FÁBRICA PORTUGUESA DE MOLDES PLÁSTICOS, LDA.

Assunto retirado da ordem do dia para consulta à Divisão de Planeamento.

10 - REQ. N.º 2360/11 – PC N.º 1063-10 – ORBITUR – INTERCÂMBIO DE TURISMO, S.A.

204 - Presente Pedido de Reconversão de Empreendimento Turístico relativo ao Parque de Campismo “*Orbitur*”, localizado em S. Pedro de Moel, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande.

Presente relatório da auditoria para reclassificação do empreendimento, realizada em 28/12/2011, no âmbito do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07/03, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14/09.

Após análise da pretensão, a Câmara deliberou atribuir ao Parque de Campismo e Caravanismo “*Orbitur*” de S. Pedro de Moel, a classificação de três estrelas, estabelecendo como lotação máxima a capacidade de 1.500 utentes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 526/12 – PC N.º 83/12 – PT COMUNICAÇÕES, S.A.

205 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, referentes a ampliação da rede de condutas, numa extensão de 13,15 metros de passeio, a levar a efeito na Rua Principal à Pedrulheira, Rua das Cavadas e Estrada da Nazaré, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais a enquadrar devidamente a pretensão

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, referentes a ampliação da rede de condutas, numa extensão de 13,15 metros de passeio, a levar a efeito na Rua Principal à Pedrulheira, Rua das Cavadas e Estrada da Nazaré, Freguesia de Marinha Grande, por um período mínimo de 1 mês, devendo o pavimento ser reposto de forma a assegurar as condições iniciais, para que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, bem como a caixa que vai ser intervencionada ser nivelada com o pavimento existente. Deverão ainda, salvaguardar-se todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - ALTERAÇÃO AO PROJETO DO ARRUAMENTO PARALELO E DUAS INTERSEÇÕES GIRATÓRIAS

206 - Presente Informação da técnica da DOP datada de 22 de março de 2012, esclarecendo a necessidade de proceder à aprovação de alterações ao Projeto do Arruamento Paralelo e Duas Interseções Giratórias, considerando que no decorrer da execução obra, a Câmara Municipal foi alvo de uma série de alertas, uma vez que aquela zona se encontrava em obra, por diversas entidades no sentido de intervir no cruzamento da Estrada do Guilherme com a Rua de Portugal, atualmente o único acesso viário à Zona Industrial da Marinha Grande.

Atualmente e de acordo com o projeto que se encontra em execução, as viragens à esquerda continuarão a ser permitidas na Estrada do Guilherme com a Rua de Portugal.

A intervenção que se pretende agora assegurar, que será alvo de um procedimento pré-contratual adequado, irá alterar uma pequena parte deste projeto inicial, tendo como objetivo fundamental proceder à alteração do cruzamento da Estrada do Guilherme com a Rua de Portugal, com a anulação das viragens à esquerda e canalização do tráfego para as duas interseções giratórias existentes a norte e sul da Estrada do Guilherme, reforçando positivamente as ações do projeto inicial, potencia a redução da sinistralidade rodoviária (assegurando esta solução, os objetivos enunciados na alínea c) do número 2 do artigo 2.º do Regulamento Específico da Mobilidade Territorial – QREN).

A necessidade desta obra, enquadra-se nas atribuições municipais e visa assegurar a prossecução dos objetivos, garantindo os meios necessários e suficientes ao desenvolvimento das tarefas inerentes aos Município, encontrando-se dentro do âmbito das competências estipuladas na alínea c) do n.º 1 do art.º 13º e alínea a) do n.º 1 do art.º 18º da Lei n.º 159/99 de 14 de setembro.

O objetivo fundamental das alterações propostas ao projeto de execução inicial que foi alvo de financiamento, prendem-se com a anulação das viragens à esquerda no cruzamento da Estrada do Guilherme com a Rua de Portugal, canalizando o tráfego para as duas interseções giratórias existentes a norte e sul da Estrada do Guilherme. A futura intervenção irá contemplar a reformulação dos separadores existentes neste cruzamento, por forma a interditar as viragens à esquerda, assim como a alteração da sinalização horizontal e vertical, como também assegurar as acessibilidades de pessoas com mobilidade reduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 311.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, aprovar as alterações ao projeto da empreitada de “Abertura de arruamento paralelo à estrada dos Guilhermes e duas intersecções giratórias”, nos termos constantes das seguintes peças desenhadas anexas à informação identificada:

- **Planta de traçado e perfil longitudinal – Demolições previstas--APEG-PE-PL-01A**
- **Planta de traçado e perfil longitudinal – Alterações -----APEG-PE-PL-01B**
- **Planta de Pavimentos ----- APEG-PE-PV-01A**
- **Equipamento de Sinalização e Segurança - Alterações ----- APEG-PE-ES-01A**
- **Equipamento de Sinalização e Segurança - Final-----APEG-PE-ES-01B**

A Câmara Municipal delibera ainda, nos termos do artigo 379.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovar trabalhos a menos no valor de 3.529,13 € (Três mil, quinhentos e vinte e nove euros e treze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - “EXECUÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA MOINHO D’AMÉLIA E RUA VILA DA BATALHA” – CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2011 (DOEM) – PLANO DE TRABALHOS AJUSTADO E RESPECTIVO PLANO DE PAGAMENTOS.

207 - Presente requerimento apresentado pela empresa “Pinto & Braz, Lda”, (entrada n.º E/2143/2012) a solicitar a aprovação do novo plano de trabalhos e respectivo plano de pagamentos, relativo à empreitada mencionada em epígrafe.

Considerando que o ajustamento do plano de trabalhos se conforma com o plano de trabalhos constante do contrato, designadamente por não implicar qualquer alteração do preço contratual, do prazo de execução da obra, nem qualquer alteração aos prazos parciais, para além do que é estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

Assim, apreciado o pedido e tendo em conta que os elementos ora apresentados se conformam com o plano de trabalhos constante do contrato, a Câmara Municipal delibera aprovar o Plano de trabalhos ajustado da empreitada designada por “Execução de rede de abastecimento de água na Rua Moinho D’Amélia e Rua Vila da Batalha”, de acordo com o disposto no n.º 5 do art. 361º do Código dos Contratos Públicos.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - RECEÇÕES PROVISÓRIAS

208 - Presente Auto de Receção Provisória da obra “Beneficiação da Rua do Azambuja”, adjudicada, por deliberação de Câmara, em 09 de Abril de 2009, à Firma “Lenaprédio, Lda com sede em Vila Saleme - Batalha.

Presente Auto de Receção Provisória da obra “Requalificação do Largo da Capela da Moita – CP n.º 04/08 DIRM”, adjudicada 26 de Fevereiro de 2009 à Firma “Lenaprédio, Lda com sede em Vila Saleme – Batalha.

A Câmara Municipal, verificando pelos autos referidos que as obras foram executadas de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente as obras antes enunciadas, de acordo e para os efeitos do previsto no art. 219º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DE PRÉDIO URBANO.

209 - Presente requerimento apresentado por Cláudia Sónia Lopes Ferreira, na qualidade de proprietária do prédio urbano inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 5018, sito na Rua dos Cabeceiros, n.º 116, em Vieira de Leiria.

Presente cópia da escritura pública de compra e venda, outorgada em 14 de novembro de 2000, da qual consta que o bem imóvel alienado está sujeito às condições previstas no Regulamento de Alienação de Lotes para Auto-Construção Social.

O artigo 22.º, do citado Regulamento, estabelece que os prédios construídos nos lotes alienados não podem ser vendidos ou cedidos, a qualquer título, durante o prazo de 15 anos contados a partir da data de outorga da escritura (n.º 1).

No entanto, admite-se que a Câmara Municipal excecionalmente autorize a alienação antes do decurso desse prazo, aplicando-se o disposto no artigo 25.º, do mesmo Regulamento (n.º 2, do artigo 22.º).

O artigo 25.º, do Regulamento municipal concede à Câmara Municipal o direito de preferência na alienação do prédio (n.º 1).

Considerando os fundamentos invocados no requerimento apresentado relativos à alteração da situação familiar e profissional da proprietária e à inerente dificuldade em manter as despesas associadas ao prédio.

Considerando que já decorreram mais de onze anos após a celebração da escritura de compra e venda.

Considerando que a Câmara Municipal não tem como objetivo a compra de imóveis, visando o direito de preferência previsto regulamentarmente apenas prevenir eventuais situações de especulação imobiliária.

A Câmara Municipal delibera, nos termos dos artigos 22.º e 25.º, do Regulamento de Alienação de Lotes para Auto-Construção Social, não exercer o direito de preferência e consequentemente autorizar a alienação do prédio urbano inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 5018, sito na Rua dos Cabeceiros, n.º 116, em Vieira de Leiria.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - DOAÇÃO DE DIVERSOS BENS AO MUNICÍPIO E A DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ESCOLAS 1ª CEB DO CONCELHO.

210 - Presente informação da Área de Património n.º 1/186/2012 de 27/02/2012, na qual é proposta a aceitação por parte desta autarquia de bens/equipamentos doados ao Município e Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância existentes neste Concelho.

A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo que estes equipamentos podem contribuir para a melhoria das condições dos referidos estabelecimentos de ensino delibera, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aceitar as seguintes doações:

Localização	Designação	Quantidade	Valor (€)
Sala de reuniões do 1º Piso do Edifício Paços do Concelho	Quadro “Marinha, Vidro Luta e Liberdade” do pintor António de Matos	1	1500,00
Jardim de Infância da Pedrulheira – Sala 1	Impressora HP Deskjet 3050	1	59,00
E.B. Fonte Santa – Sala B	Leitor de CD – Kunft RCD 10	1	24,99
E.B. Fonte Santa – Sala A	Videoprojetor – Epson EB-X9 – V11H375040LABI	1	240,00
E.B. Fonte Santa – Sala B	Tela para projeção – Fonestar PPTR-72	1	75,00
Jardim de Infância da Fonte Santa (sala CAF)	Frigorífico	1	289,90
E.B. Fonte Santa – Sala A	Impressora (Multifunções) – HP Deskjet 1050	1	39,00

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE 17 DE JUNHO DE 2011, QUE APROVOU O REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E DE UTILIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE.

211 - Considerando que foi detetado que a norma constante do artigo 51.º do Regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do município da Marinha Grande, referia que o “Regulamento entra em vigor 15 dias, após a sua publicação em Diário da República”;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/03/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 8

Considerando que essa norma implicaria a publicação na íntegra do Regulamento, representando um encargo bastante elevado para o Município, que não se coaduna com o atual momento de forte contenção orçamental;

Considerando que o Regulamento foi presente em reunião de Câmara Municipal de 19 de maio e aprovado em reunião de Assembleia Municipal de 17 de junho de 2011;

Considerando que as matérias reguladas no Regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do município da Marinha Grande integram-se nas competências atribuídas à Câmara Municipal e ao seu Presidente (conforme disposto na alínea f) n.º 1 e alínea f) n.º 2 ambas do artigo 64.º e alínea h) n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro);

Considerando que compete à Câmara Municipal aprovar regulamentos em matéria da sua competência exclusiva (alínea a) n.º 7 do artigo 64.º da referida Lei n.º 169/99), como é o caso;

Considerando que nos termos do disposto na Lei citada um regulamento com o teor em causa não tem de ser obrigatoriamente publicado em Diário da República, ainda que possa sê-lo;

Considerando que o regulamento em apreço apenas entra em vigor 15 dias após a sua publicação integral no Diário da República (artigo 51.º, do regulamento), o que ainda não ocorreu;

Considerando que o ato administrativo da assembleia municipal que aprovou o regulamento deve ser revogado, nos termos dos artigos 135.º e 141.º, do Código do Procedimento Administrativo;

A Câmara Municipal delibera, com os fundamentos acima aduzidos, propor à Assembleia Municipal a revogação da deliberação desta, de 17 de junho de 2011, que aprovou o Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, nos termos dos artigos 135.º, 141.º e 145.º, n.º 2, todos do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E DE UTILIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE.

212 - Considerando que as matérias reguladas no Regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do município da Marinha Grande integram-se nas competências atribuídas à Câmara Municipal e ao seu Presidente (conforme disposto na alínea f) n.º 1 e alínea f) n.º 2 ambas do artigo 64.º e alínea h) n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro);

Considerando que compete à Câmara Municipal aprovar regulamentos em matéria da sua competência exclusiva (alínea a) n.º 7 do artigo 64.º da referida Lei n.º 169/99), como é o caso;

Considerando que o regulamento municipal em apreço deve ser aprovado pela Câmara Municipal, nos termos da alínea a) n.º 7 do artigo 64.º da referida Lei n.º 169/99, introduzindo-se as alterações que se julguem pertinentes.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, que se anexa e se dá por reproduzido (Anexo 1).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDA REFERENTE À HABITAÇÃO SOCIAL SITA NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 7, R/C ESQ., CUJO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É JORGE FRANCO VIEIRA, PARA ENTRAR EM VIGOR NO DIA 1 MAIO DE 2012

213 - Presente informação nº 260 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social - DEDIS - datada de 19/03/2012, referente à atualização anual da renda de habitação social, sita na Praceta da Liberdade, Bloco 7, R/C Esq.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração dos rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art. 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual da renda de habitação social constante no seguinte quadro:

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRAÇÃO	CONTRATO	RENTA 2011	RENTA 2012
7	Jorge Franco Vieira	R/C Esq.	27/03/2007	4,85€	13,97€

Mais delibera, que o valor da renda acima descrita entre em vigor a partir do dia 1 de maio de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - FORNECIMENTO DE ALMOÇOS A ALUNOS CARENCIADOS PERTENCENTES AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS GUILHERME STEPHENS, NERY CAPUCHO E VIEIRA DE LEIRIA, APÓS O TERMO DA 2.ª FASE DE ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS ESCOLARES.

214 - Presente informação n.º 228 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 12/03/2012, referente ao envio fora de prazo, por parte dos Agrupamentos supracitados, de dez boletins de candidatura ao subsídio escolar.

A Câmara Municipal apreciou informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal participar no apoio à ação social escolar, conforme preveem as alíneas l) do n.º 1 e d) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e, ainda em conformidade com o Despacho n.º 12284/2011 do Gabinete do Secretário de Estado

do Ensino e da Administração Escolar, datado de 19 de setembro, delibera autorizar os seguintes alunos a usufruir do fornecimento de almoços com senhas a 100% e 50%, durante o presente ano letivo:

- Beatriz Alexandra Santos Paulo (EB1 Pilado): escalão B
- Tiago Costa Nunes (E.B.1 João Beare): escalão A
- Rebeca Alexandra Sebastião Delgado (J.I. Comeira): escalão B
- Beatriz Cardoso Laranjo (J.I. Ordem): escalão B
- Jason Eduardo Borges Camará (E.B.1 Casal de Malta): escalão A
- João Santos Góis (J.I. Moita): escalão B
- Américo Augusto Santos Silva (E.B.1 Amieirinha): escalão A
- Lucas Santos Silva (E.B.1 Amieirinha): escalão A
- Rafael Filipe Cardoso Santos (E.B.1 Amieirinha): escalão B
- Leandro Miranda Pereira Moreira (J.I. Praia de Vieira de Leiria): escalão A

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS

215 - Presente a informação interna I/92/2012, da Divisão de Cultura e Turismo com proposta de alteração de preços para bens móveis (artesanato, livros, catálogos, e outros) para venda nos museus municipais, e afetos à loja do Museu do Vidro.

No seguimento da deliberação n.º 25 aprovada em reunião ordinária de câmara realizada a 24/03/2011 (ata n.º 6), que fixou os preços dos bens para venda no Museu do Vidro, e atendendo a que:

- a) Se verificou uma alteração ao preço de custo do livro “Cidade da Marinha Grande, subsídios para a sua história”;
- b) Se adquiriu o do livro “O diário perdido da viagem de José Cornide por Espanha e Portugal em 1772” para venda;
- c) Existem catálogos em stock que não têm saída a nível de vendas;

Propõem-se a fixação de novos preços para os livros relativos à alínea a) e b) e uma redução do preço de venda nos catálogos com o intuito de escoar o stock, de acordo com a seguinte tabela:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/03/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 8

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Postais individuais do Museu do vidro	0,33	0,45	0,10	0,55
Catálogo Maria Helena Matos	2,50	3,50	Isento de IVA	3,50
Catálogo Vidro Artístico Contemporâneo (VAC) I	3,74	4,50		4,50
Catálogo Vidro Artístico Contemporâneo (VAC) II	1,50	2,10		2,10
DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Catálogo Vidro Artístico Contemporâneo (VAC) III	3,35	4,50		4,50
Catálogo Vidro Artístico Contemporâneo (VAC) IV	4,40	5,50		5,50
Catálogo Vidro Artístico Contemporâneo (VAC) V	3,50	4,50		4,50
Catálogo Barbara Walraven e Bert Holvast	2,80	3,50		3,50
Catálogo Colégio dos Mestres Vidreiros	3,20	4,00		4,00
Catálogo expo. temporária Virgílio Guerra Marques	3,70	4,80		4,80
Catálogo "Exposição de vidro produzido a maçarico/Maçariqueiros"	2,90	3,90		3,90
Catálogo "Impressões do Olhar" CMALV	1,86	3,00		3,00
Catálogo Galeria Municipal	4,48	5,60		5,60
Catálogo "700 anos de Floresta"	2,16	3,50		3,50
Livro Cidade da M. ^a Grd. Subsídios História	8,50	12,83	0,77	13,60
Livro O Diário Perdido da Viagem de José Cornide por Espanha e Portugal em 1772	3,50	9,43	0,57	10,00

Assim, a Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea j) do n.º 1, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação na Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, de acordo com a alínea f), do n.º 2, do artigo 64.º, da mesma Lei, aprovar da tabela de preços acima indicada e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nela apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e oito de março de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica "Total de Disponibilidades": 461.630,30 € (quatrocentos e sessenta e um mil seiscientos e trinta euros e trinta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

216 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º 370/12 – PC N.º 349/07 – FORMA NEUTRA, LDA.
2. REQ. N.º 794/09 – PC N.º 516/03 – ALBINA MARIA SILVA JOÃO
3. REQ. N.º 470/11 – PC N.º 378/99 – CASTRO LUSO – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.
4. REQ. N.º 149/12 – PC N.º 22/12 – SANTGM INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.
5. REQ. N.º 496/12 – PC N.º 348/08 – FÁBRICA DE VIDROS BARBOSA E ALMEIDA, S.A.
6. PROTOCOLO PARA O ENQUADRAMENTO DE PESSOAL DESTINADO A INTEGRAR AS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 370/12 – PC N.º 349/07 – FORMA NEUTRA, LDA.

217 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Edifício de Habitação e Muros de Vedação*”, a levar a efeito num prédio rústico localizado na Rua dos Agostinhos, Lugar de Guarda Nova, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 89/10, de 26/05, com termo em 16/05/2012.

Presentes Projetos de Alterações aos Projetos de Arquitetura e das Especialidades inicialmente aprovados, decorrentes das alterações a introduzir em obra, bem como a sua submissão ao Regime de Propriedade Horizontal, dispondo de pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a sua aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação de elementos gráficos e escritos que compreendam a identificação, delimitação e discriminação das partes do edifício correspondentes às várias frações e partes comuns, valor relativo de cada fração, expressa em percentagem ou permissão do valor total do prédio, nos termos do disposto no art. 1418.º do Código Civil.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor, logo que se encontre cumprido o ponto 1 da presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 794/09 – PC N.º 516/03 – ALBINA MARIA SILVA JOÃO

218 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de *“Construção de uma Moradia”*, levada a efeito num prédio urbano localizado no Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Obras de Construção n.º 284/2004, de 21/07, Alvará de Obras de Construção (alterações) n.º 230/2005, de 14/07, com prorrogação deste último datada de 19/10/2005.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, visando a legalização das alterações efetuadas no decorrer da obra, dispondo de pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a sua aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 470/11 – PC N.º 378/99 – CASTRO LUSO – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

219 - Presente requerimento de Castro Luso, Empreendimentos Imobiliários, Lda. e Outro, titulares do Processo de Licenciamento n.º 378/99, referente à Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização, levado a efeito ao abrigo do Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 2/2006, no Lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a Receção das Obras de Urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento.

Presente igualmente o Auto de Receção Provisória (Final) da Comissão de Vistorias.

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Provisória (Final), a Câmara deliberou aceitar a Receção Provisória (Final) das Obras de Urbanização supra referidas, conforme auto anexo.

Mais deliberou manter a hipoteca a favor da Câmara Municipal, do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 15799 e inscrito na respetiva matriz sob o n.º 18496, correspondente ao Lote n.º 1, bem como do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 15800 e inscrito na respetiva matriz sob o n.º 18497, correspondente ao Lote n.º 2, ambos do referido Loteamento Urbano, por forma a garantir a boa qualidade das obras de urbanização já concluídas, até à sua receção definitiva, no valor de 24.731,89€ (vinte e quatro mil setecentos e trinta e um euros e oitenta e nove cêntimos) correspondendo a 10% do valor da caução inicial, sendo o valor de 18.799,29€ (dezoito mil setecentos e noventa e nove euros e vinte e nove cêntimos) correspondente às infraestruturas de urbanização e o valor de 5.932,60€ (cinco mil novecentos e trinta e dois euros e sessenta cêntimos), correspondente às infraestruturas elétricas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 149/12 – PC N.º 22/12 – SANTGM INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

220 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “Alteração/Ampliação e Constituição de Propriedade Horizontal de Edifício” existente, localizado na Rua de

Moçambique, Lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 1140/99, em nome de *“Ferrus – Materiais Siderúrgicos e de Construção, S.A.”*, referente ao licenciamento da obra de *“Construção de Barracão destinado a Armazém e Comércio”*, levado a efeito ao abrigo do Alvará de Licença de Construção n.º 433/2000, de 14/06, à qual foi atribuída Licença de Utilização n.º 16/2003, de 03/02.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Apresentação, em igual período, de Planta de Localização, à escala 1:2000, representando corretamente a configuração do prédio, assim como do edifício nele existente.**
- 3. A instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.

Deliberou ainda informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. A atividade industrial a instalar do Tipo 3, fica limitada ao máximo de 15 trabalhadores, potência elétrica contratada não superior a 40kVA e potência térmica não superior a 8 X 106 kJ/h, não abrangida por nenhum dos regimes jurídicos de avaliação de impacte ambiental, prevenção e controlo de integrados de poluição, prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas ou operações de gestão de resíduos quando estejam em causa resíduos perigosos, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 209/08, de 29/10, diploma que estabelece o Regime de Exercício da Atividade Industrial.**
- 2. Nos termos do n.º 4 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10, a referida atividade só poderá ter início, após cumprimento pelo respetivo**

- operador, da obrigação de registo junto da Câmara Municipal – alínea c) do art. 5.º e n.º 2 do art. 40.º do citado diploma, o qual só poderá ser efetuado, após a emissão do título de Autorização de Utilização, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
3. A atividade industrial a desenvolver no edifício, deverá garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, em matéria de higiene, ambiente, segurança e saúde no trabalho, não promovendo ações que possam de alguma forma dar lugar a fumos, ruídos, resíduos, cheiros ou criem condições de insalubridade, perturbem as condições de trânsito e estacionamento, nomeadamente com operações de circulação, carga e descarga ou acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão, nos termos do disposto no n.º 9 do art. 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e n.º 4 do art. 40.º do Decreto-Lei n.º 209/08, de 29/10.
4. Nos termos do art. 34.º do Decreto-Lei n.º 220/08, de 12/11, deverá submeter à apreciação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Medidas de Autoproteção até 30 dias anteriores à data de entrada em funcionamento da atividade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 496/12 – PC N.º 348/08 – FÁBRICA DE VIDROS BARBOSA E ALMEIDA, S.A.

221 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “Construção de Armazém de Produto Acabado e Recuperação do Conjunto de Edifícios” da antiga Fábrica de Vidros IVIMA, localizada na Avenida 1.º de Maio, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 179/09, de 19/09/2010, com termo em 19/03/2012. Presentes Projetos de Alterações aos Projetos de Arquitetura e de Estabilidade anteriormente aprovados, decorrente de alterações a introduzir em obra, dispondo de pareceres técnicos dos serviços, que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a sua aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação de declaração comprovativa em como o Técnico Autor do Projeto de Estabilidade, se encontra inscrito em Associação Profissional, nos termos previstos no n.º 3 do art. 10.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - PROTOCOLO PARA O ENQUADRAMENTO DE PESSOAL DESTINADO A INTEGRAR AS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE

222 - Presente entrada n.º 2544/2012, de 21 de março, da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, na qual é solicitada a pronúncia desta autarquia relativamente ao interesse na manutenção por um novo período de tempo do protocolo relativo ao funcionamento das equipas de intervenção permanente.

Presente minuta de protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as equipas de intervenção permanente.

Nos municípios em que se justifique, os corpos de bombeiros voluntários detidos pelas associações humanitárias de bombeiros podem dispor de equipas de intervenção permanente (n.º 5, do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho).

As condições de funcionamento da equipa de intervenção permanente são estabelecidas em protocolo a celebrar entre a autoridade nacional de proteção civil, a câmara municipal e a associação humanitária de bombeiros (artigo 7.º-A, da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, aditado pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro).

Considerando que os municípios são responsáveis pelo desenvolvimento de relevantes tarefas em matéria de proteção civil, cabendo aos respetivos órgãos desencadear as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso (artigo 35.º, n.º I, da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho).

Considerando que a constituição deste tipo de equipas garante a prontidão na resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios ou outras intervenções de proteção civil.

Considerando que, nos termos da minuta de protocolo, os custos da equipa são repartidos em partes iguais entre o Município e a autoridade nacional de proteção civil (cláusula terceira).

Considerando que as missões e áreas de atuação da equipa de intervenção permanente revestem inequívoco interesse municipal e constituem uma garantia de cumprimento atempado de todas as tarefas inerentes à proteção civil municipal (artigos 2.º e 3.º, da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro).

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/03/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 8

Considerando o bom desempenho de todas as obrigações constantes do protocolo anterior.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 64.º, n.º 2, alínea h) e n.º 4, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e do artigo 7.º-A, da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, aditado pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro, aprovar a minuta de protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as equipas de intervenção permanente, a funcionar junto da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, que fica anexa (Anexo 2).

A presente deliberação produz efeitos jurídicos no segundo dia útil subsequente à aprovação da próxima revisão orçamental pela Assembleia Municipal, desde que estejam assegurados os fundos disponíveis para satisfazer o compromisso assumido.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

223 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião